

Constituinte vai receber sugestões sobre o menor

23 SET 1985

Da Reportagem Local

Terminou ontem, na sede paulista do Serviço Nacional do Comércio (Senac), a série de vinte encontros sobre o Menor e a Constituinte realizados em todo o Estado e preparatórios ao Congresso Estadual do Menor, de 9 a 11 de outubro, no Anhembi. A principal conclusão do encontro de ontem: a futura Constituição deve assegurar o ensino obrigatório e gratuito, em período integral de oito horas, com alimentação, educação, cuidados de saúde, ensino profissionalizante e lazer.

Os encontros tiveram início a 3 de junho, em todas as regiões administrativas do Estado, a Grande São Paulo e as zonas Norte, Sul, Leste, Oeste e centro da Capital. Participaram representantes de entidades particulares de assistência ao menor, das secretarias estaduais e municipais e da comunidade.

Entre as sugestões apresentadas ontem, destaca-se a da Tia Mila, 73, representante da Chácara da Tia e da Federação Brasileira de Obras Sociais, que disse que o excepcional deve ser lembrado na nova Constituição, pois tem suas potencialidades. Pediu

também que toda mãe seja amparada para que não haja menor abandonado.

O debate entre representantes da Febem e das instituições que cuidam do menor permitiu duas conclusões: que as unidades da Febem em todo o Estado devem ser geridas pelas respectivas comunidades, com o apoio técnico e financeiro do governo; e que o melhor para o atendimento do menor é o sistema de externato.

José Néelson de Oliveira e Freitas, 40, coordenador do Programa do Menor, disse que das vinte reuniões realizadas, algumas sugestões para a futura Constituinte se destacam: garantia do direito à paternidade, para que a mulher possa registrar o filho no nome do pai; revisão do conceito de família, com o Estado reconhecendo e amparando o concubinato; que o atendimento de saúde não seja dividido em programas, mas criada uma ação única e permanente desde a gestação; que haja uma reforma tributária privilegiando os municípios para que o atendimento ao menor seja feito pelas prefeituras, com apoio do Estado e da União.

FOLHA DE SÃO PAULO

ANC 88
Pasta 09/85
076/1985